

A CONSTITUIÇÃO DA ESCRITA ESCOLAR EM OBJETO DE ANÁLISE DOS
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

THE CONSTITUTION OF THE SCHOOL WRITING AS AN OBJECT OF LINGUISTIC
STUDIES

ÉMERSON DE PIETRI

RESUMO: A constituição da escrita escolar em objeto dos estudos lingüísticos é observada em seu momento de emergência. O *corpus*, analisado segundo perspectiva discursiva de linha francesa, se compõe dos primeiros artigos publicados para divulgar resultados de pesquisas, realizadas no Brasil, sobre redações de vestibular. A observação dos artigos sobre escrita escolar mostrou que a constituição desse objeto se realizou em função de relação polêmica entre perspectivas fundamentadas nos conhecimentos da Lingüística e perspectivas fundamentadas nos estudos tradicionais de linguagem.

Palavras-chave: escrita escolar; estudos lingüísticos; análise do discurso.

RÉSUMÉ: La constitution de l'écriture scolaire en objet des études linguistiques est observée dans ses moments initiales. Le *corpus*, abordé dans la perspective d'analyse du discours, se compose des premiers articles publiés pour divulguer des résultats de recherches, réalisées au Brésil, sur des textes écrits scolaires produits à l'occasion de l'examen d'entrée à l'université. L'observation des articles sur l'écriture scolaire a rendu possible comprendre que la constitution de cet objet s'est réalisée en fonction d'une relation controversée entre des perspectives de la linguistique et perspectives des études traditionnelles du langage.

Mots-clefs: écriture scolaire; études linguistiques; analyse du discours.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, observa-se a emergência do interesse acadêmico pela produção escrita de caráter escolar – mais especificamente, a produção textual denominada *redação escolar*.

* Doutorando da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

O interesse pelo tema surgiu após ter sido notada a recorrência de certas características comuns em trabalhos de análise de redações escolares, como, dentre outros, *Problemas de Redação* (Pécora, 1989), *Redação e Textualidade* (Val, 1991), “Redação escolar: produção textual de um gênero comunicativo?” (Barros, 1999), *A Produção Dialógica do Texto Escrito* (Sautchuk, 2003).

Esses trabalhos, realizados segundo concepções teóricas distintas, apresentam em comum o fato de atribuírem a defasagem no desenvolvimento do ensino da comunicação escrita às condições de produção do texto, que impossibilitariam ao aluno constituir-se em escritor eficiente.

É comum a essas obras o pressuposto da competência lingüística do aluno, e a atribuição do não desenvolvimento de seu desempenho lingüístico, na modalidade escrita, a fatores extra-lingüísticos, como as condições de produção textual na escola, por exemplo.

A presença de características semelhantes em trabalhos com perspectivas teóricas diversas sugeriu a existência de uma organização discursiva comum a esses trabalhos e, na tentativa de compreender o funcionamento dessa organização, mostrou-se necessário conhecer as condições que possibilitaram a constituição da escrita escolar em objeto dos estudos lingüísticos no país.

A análise foi realizada observando-se o momento de emergência do interesse acadêmico pela escrita escolar, quando, na década de 70 do século XX, foram publicados os primeiros trabalhos de pesquisa que analisaram as redações produzidas em situação de vestibular.

A observação do momento de emergência de objetos que se constituem a partir da aproximação entre estudos da linguagem e ensino de língua materna pode contribuir para a compreensão das relações entre pesquisa e ensino e dos efeitos que se produzem, reciprocamente, nessas relações.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Como referido, os primeiros artigos sobre escrita escolar publicados no país constituem o *corpus* do presente trabalho. Esses artigos foram produzidos com o objetivo de divulgar resultados de pesquisas sobre produção escrita em situação de vestibular. A Fundação Carlos Chagas foi responsável por todo o processo em questão: elaborou a prova do vestibular; financiou o trabalho de análise das redações produzidas; e publicou, em seus *Cadernos de Pesquisa*, os artigos resultantes da pesquisa realizada.

O recorte do *corpus* e a análise dos dados foram realizados segundo perspectiva discursiva de linha francesa, com base em conceitos elaborados por Foucault (1996; 2000), e Maingueneau (1997; 2005). A opção por esta perspectiva teórica se justifica na medida em que a análise dos dados é realizada com o objetivo de conhecer o processo de constituição de um novo objeto para os estudos lingüísticos modernos: a escrita, produzida em contexto escolar.

Num primeiro momento, os estudos lingüísticos modernos, para se constituírem, estabelecem como seu objeto a *língua* e têm como dados, a princípio, os produzidos pela

fala. A escrita, nesse processo, é considerada objeto de análise dos estudos tradicionais, que ocupam, para os modernos, posição de adversários.

A emergência da escrita escolar como objeto dos estudos lingüísticos, desse modo, deve ser considerada em seu caráter de acontecimento, e, portanto, em uma relação de descontinuidade para com os objetos já constituídos. Assim, em acordo com a perspectiva foucaultiana, não se trata de procurar uma origem a partir da qual um processo contínuo levou à construção gradual de um novo objeto de estudos na área em questão, mas parte-se do princípio segundo o qual que a constituição do fenômeno em dado de pesquisa se fez em função de uma determinada (re)organização discursiva.

A hipótese com que se trabalha, então, é a de que a constituição da escrita escolar em objeto dos estudos da linguagem tornou-se possível em função dos problemas que a produção textual escrita apresentou para esses estudos em relação a seu objeto primeiro — a *língua*, construída em oposição à *fala* —, e em função da polêmica que estabelece uma situação de delimitação recíproca entre a perspectiva moderna e a perspectiva tradicional de abordagem do fenômeno lingüístico.

A hipótese sobre a necessidade de delimitação se fundamenta na noção de interdiscursividade tal como proposta por Maingueneau (1997; 2005). Segundo o autor, a interdiscursividade se desenvolve como uma situação de delimitação recíproca entre discursos, fundamentada em relação polêmica. O discurso se constrói, assim, a partir de relações interdiscursivas, o que o caracteriza como essencialmente heterogêneo.

Há, desse modo, uma diferenciação em relação ao que se considera a unidade de análise: não mais, como na proposta foucaultiana, o *discurso* (entendido como “dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”), mas *um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos*, estabelecendo-se, assim, a precedência do interdiscurso sobre o discurso.

O objetivo deste trabalho, portanto, é investigar como determinada (re)organização de processos interdiscursivos possibilitou a constituição da escrita escolar em objeto de conhecimento dos estudos lingüísticos.

2. O PERÍODO DE EMERGÊNCIA DA REDAÇÃO ESCOLAR COMO OBJETO DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA

A redação escolar tem sido tomada como objeto de estudo em pesquisas acadêmicas, no Brasil, desde a segunda metade da década de 70, quando passa a integrar o exame vestibular do CESCEM (Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas), em São Paulo.

Como atestam os artigos que compõem o *corpus*, não havia no país, até então, pesquisas que tivessem como objeto de estudo o texto escrito produzido em contexto escolar.

2.1. Os primeiros estudos, fundamentados em conhecimento gramatical normativo

Em 1976, a primeira pesquisa que tratou da redação produzida em prova de vestibular recorreu a trabalhos estrangeiros para fundamentar a análise sobre a eficácia dessa produção escrita enquanto recurso de avaliação. O número 16 dos *Cadernos de Pesquisa* apresenta um estudo realizado por Heraldo Marelim Vianna a respeito da eficácia do uso da redação como instrumento de avaliação e “medição da expressão escrita”. O autor aponta a pouca produção sobre vestibular e a inexistência de estudos sobre redação:

A redação ora introduzida como componente da prova de comunicação e expressão, em alguns Concursos Vestibulares, ainda não foi objeto de pesquisas empíricas; assim sendo, serão consideradas aqui algumas contribuições da literatura estrangeira (*idem*, p. 41).

A incipiência em que se encontravam os estudos lingüísticos a respeito de textos escritos de caráter escolar pode ser observada na fundamentação teórica utilizada, nesses momentos iniciais, para a análise das redações de vestibular. Pesquisas publicadas nos *Cadernos de Pesquisa* de número 19, ainda em 1976, se fundamentaram nos conhecimentos da gramática normativa, num momento em que os estudos lingüísticos já ocupavam, nos centros de pesquisa do país, os lugares antes ocupados por estudos de caráter tradicional (*c.f.*: Altman, 1998).

Os *Cadernos de Pesquisa* apresentam, nesse número, uma seção dedicada a tratar de questões relativas à produção escrita dos candidatos ao vestibular. A *nota do editor* apresenta os três artigos de “especialistas no estudo e no ensino da língua portuguesa”, e reafirma a incipiência dos estudos sobre o tema:

(...) Esses três trabalhos representam uma primeira tentativa de estudo empírico sobre o uso da língua pelos jovens egressos do 2º grau. Primeira tentativa, tanto no sentido de que são provavelmente trabalhos pioneiros nesse campo, quanto no sentido de que representam apenas uma primeira etapa da longa tarefa de análise do desempenho lingüístico dessa população. A estrita limitação do campo de investigação e o caráter tentativo da metodologia neles adotada não afetam a importância desses estudos, que oferecem subsídios de interesse para o estudo da língua portuguesa no Brasil, além de constituírem preciosa fonte de orientação para os responsáveis pelo ensino da língua nos primeiros níveis de escolaridade. (Nota do Editor, p. 3)

Os três estudos se detêm sobre questões de caráter gramatical, com o objetivo de avaliar o desempenho lingüístico dos candidatos ao vestibular: Rodrigues (1976) observa o sistema de preposições; Carone (1976) trata da questão da concordância verbal; Fernandes (1976) estuda a ocorrência das formas *este/esse*.

O artigo de Fernandes (1976) não se refere diretamente a questões de ensino de escrita. A respeito das formas *este/esse*, realiza a descrição dos usos, aponta as inadequações e os problemas encontrados, e afirma que “explorar a discriminação das formas *este/esse* em suas funções básicas, com ou sem valor enfático, poderá atenuar, em parte, as deficiências que o *corpus* atestou”.

Os outros dois artigos, porém, já permitem observar concepções divergentes sobre as causas dos problemas encontrados nas redações analisadas: ou os problemas são atribuídos à incapacidade lingüística de quem produziu a redação, numa associação entre linguagem e pensamento em que a primeira é instrumento para o exercício do segundo e sua comunicação; ou os problemas são atribuídos a falhas no processo educacional, que não levou os alunos a desenvolverem as habilidades de escrita com base na competência lingüística que possuíam.

Essas duas concepções estão associadas à polêmica — no sentido que Maingueneau (1997; 2005) confere a este termo — entre a perspectiva da ciência lingüística, contrária à consideração de incompetência lingüística por parte do aluno, e a perspectiva tradicional, que atribui os problemas de escrita a desconhecimento lingüístico.

Assim, ao tratar da concordância verbal, com base em critérios da gramática normativa, Carone (1976) aponta os diversos problemas encontrados nas redações analisadas e apresenta dois fatos que sobressaíram da leitura do *corpus*: “o vazio de idéias e a dificuldade em ordená-las”.

O “vazio de idéias” decorreria da falta de informação e da inexistência de preparação desse jovem para desenvolver uma postura ativa, de argüição de si mesmo e do mundo. Quando é solicitado a expor idéias e discuti-las, não é capaz de ir além da “repetição passiva de frases feitas”.

A dificuldade em ordenar idéias é atribuída ao desconhecimento dos instrumentos lingüísticos:

(...) observa-se que, na falta de articulação verbal adequada, o pensamento nem sempre adquire contornos precisos: o desconhecimento da maior parte dos instrumentos gramaticais de coordenação e subordinação, a pobreza dos recursos utilizados na construção do período, a inabilidade em manipular corretamente as categorias gramaticais (entre elas, o número do verbo), a pontuação caótica de uma frase sem ritmo, a limitação e a inadequação do vocabulário utilizado são índices dessa dificuldade em ordenar o pensamento. (*idem*, p. 50)

Postura diversa da adotada por Carone (1976) assume Rodrigues (1976) quanto ao conhecimento lingüístico do vestibulando e à própria fundamentação teórica adotada para a análise dos dados.

Neste artigo, é ressaltada a qualidade dos textos analisados, em que não se encontrou a “avalanche de calamidades” conhecida pela autora em seu trabalho no ensino médio. A melhor qualidade dos textos foi atribuída à pressão exercida pelo vestibular sobre o ensino.

A análise concluiu que os vestibulandos conheciam as preposições e as locuções prepositivas e as empregaram adequadamente na maioria dos casos. Chama-se a atenção para o fato de que os resultados não permitiram concluir que o vestibulando apresentasse um desempenho lingüístico bom ou ruim, pois, para isso, seria necessário confrontar os dados obtidos com os resultantes da análise de outros aspectos da língua usada na situação em questão.

Ressalva Rodrigues (1976) a arbitrariedade que resultou de algumas decisões da pesquisa em função de os critérios usados serem os da gramática normativa, ela mesma

arbitrária em razão de eleger “um determinado nível de registro linguístico para se usar, para se imitar”, e complementa:

“Enquanto a pesquisa sobre a norma linguística culta — Projeto NURC —, que se processa nas principais capitais do país, não fornecer dados para o conhecimento da nossa realidade linguística, será difícil sair da situação ambígua em que nos coloca a gramática normativa atual, que se fundamenta em critérios sócio-culturais.” (*idem*, p. 36)

Afirma, por fim, que competência linguística todos os candidatos possuíam; o desempenho insatisfatório seria atribuído à desatualização do sistema escolar, “pouco coerente e incapaz de acionar a competência linguística que o indivíduo já possui”.

A observação dos artigos publicados no número 16 dos *Cadernos de Pesquisa* mostra a relação polêmica entre os estudos tradicionais da linguagem e as perspectivas teóricas da Linguística já nas primeiras publicações sobre análise de redações escolares.

Nos artigos publicados, em seção especial, na edição de número 23 dos *Cadernos de Pesquisa*, os estudos assumem a perspectiva da Linguística e se torna possível observar, de modo mais bem definido, a polêmica em relação aos estudos tradicionais e a constituição da escrita escolar em objeto de análise para os estudos linguísticos.

2.2. As análises fundamentadas em conhecimentos linguísticos

O número 23 dos *Cadernos de Pesquisa*, publicado em dezembro de 1977, apresenta seção especial para tratar das redações de vestibular, com a análise realizada por “uma equipe de especialistas em linguística e professores na área de Comunicação e Expressão”¹.

A maior parte das referências bibliográficas neste número dos *Cadernos de Pesquisa* é composta de trabalhos linguísticos, relacionados a perspectivas teóricas diversas².

Porém, é recorrente, nos artigos, a referência a conceitos gramaticais tradicionais, que se faz de duas maneiras: ou são utilizados para mostrar as incoerências das definições encontradas, nas gramáticas normativas, em relação aos conceitos considerados na análise das redações; ou fundamentam a análise, suprimindo a ausência de subsídios teóricos que a literatura linguística oferecia, naquele momento, para o trabalho com o material em questão.

Essas pesquisas, realizadas de acordo com a perspectiva da Linguística, se contrapõem, mais explícita e recorrentemente, aos estudos fundamentados na perspectiva tradicional e a concepções de linguagem, associadas a essa perspectiva, que consideram os problemas de redação como indícios de desconhecimento linguístico (o responsável, na perspectiva tradicional, pela falta de clareza do pensamento e pelas falhas de construção do conhecimento).

Observa-se nesses trabalhos a relação polêmica, que estabelece o processo de delimitação recíproca entre os discurso em questão, com base nas seguintes contraposições: i) a

¹ Como relata Soares (2002), na segunda metade da década de 70, o regime militar, com seus objetivos de colocar a educação a serviço do desenvolvimento, alterou o currículo referente ao ensino de língua portuguesa e substituiu a disciplina Língua Portuguesa, no ensino básico, pela disciplina Comunicação e Expressão.

² Dentre os autores referidos nos artigos se encontram: J. Dubois, E. Benveniste, R. Jakobson, O. Ducrot, M. A. K. Halliday, J. Lyons, M. Pêcheux, W. Labov.

contraposição aos estudos gramaticais tradicionais, devido ao seu caráter normativo, arbitrário, e às incoerências advindas da mistura de critérios que utilizam em suas considerações sobre a língua; ii) a contraposição em relação à idéia de que os problemas encontrados na produção textual escolar são decorrentes de incapacidade lingüística, do não conhecimento de estruturas lingüísticas, contrapondo-se à perspectiva tradicional a noção de *competência*, tal como elaborada pelos estudos lingüísticos.

2.2.1. A contraposição ao caráter normativo, arbitrário e não-exaustivo dos estudos gramaticais tradicionais

No período de emergência, há referências ao fato de ainda serem poucos os subsídios encontrados na teoria lingüística que possam ser utilizados para a análise da escrita escolar. Como refere De Lemos (1977):

Com efeito, com exceção da noção de estratégia, que se utiliza neste trabalho, muito pouco se pode tomar da literatura psicolingüística como subsídio para a descrição e o entendimento do fenômeno delineado nos itens precedentes.

A pesquisa realizada por De Lemos (1977) se utiliza, então, de critérios sintático-semânticos tradicionais para a classificação das relações entre sentenças que serão objeto de estudo. Entretanto, ainda que se utilize desses critérios para realizar a análise dos dados, a perspectiva que assume é fundamentada em princípios da Lingüística, e, desse modo, critica considerações em que se associa a existência de problemas nas redações à falta de competência lingüística por parte de quem as produz.

Excetuando-se o trabalho de Osakabe (1977), que realiza a revisão sobre Retórica com base em conceitos aristotélicos e no trabalho de Perelman (1970), os demais artigos que compõem o denominado *período de emergência* apresentam fundamentação teórica construída através da contraposição de um conhecimento lingüístico atual a um conhecimento gramatical tradicional, e os dados são analisados a partir dessa contraposição. Os artigos analisados atribuem a insuficiência para fundamentar a pesquisa, e a responsabilidade pelos problemas encontrados no ensino, às falhas encontradas no conhecimento gramatical tradicional. A polêmica em relação ao discurso adversário, ao instaurar um processo de delimitação recíproca, tem função constitutiva para os discursos envolvidos, uma vez que possibilita a elaboração de suas identidades.

Nesse sentido, o trabalho de Negrão (1977), que analisa as redações de vestibular em relação ao uso dos adjetivos, faz uma revisão sobre o tratamento dessa classe nas gramáticas tradicionais e, ao final, uma vez que as gramáticas tradicionais observadas revelaram-se incoerentes, devido à mistura de critérios na conceituação da classe de palavras em estudo, assume a definição de adjetivo de Dubois (1970)³ – *sic* –, e o modelo de análise de Vendler (1967)⁴.

³ Dubois, J. & Dubois-Charlier, F. (1970) *Éléments de linguistique française: syntaxe*. Paris: Larrousse.

⁴ Vendler, Z. (1971) *Linguistics in philisophy*. Ithaca: Cornell University Press.

Lima (1977) se coloca contrariamente ao modo como as figuras de retórica são consideradas na gramática tradicional e, em consequência, no ensino médio: são apresentadas ao final dos estudos e mostradas como índice da “arte de bem escrever”, quando, como refere a autora, “as construções figuradas (sobretudo as metafóricas) são comuns, tanto na linguagem coloquial quanto na literária” (p. 17). Em face dos problemas apresentados pela gramática tradicional, opta, para realizar o trabalho de análise das redações, pelo modelo teórico de Dubois (1974).

Há ainda, no artigo, a crítica ao caráter literário que se atribuiu às figuras, principalmente na tradição escolar. Fundamentando-se em Jakobson (1969), a autora defende que a função poética é inerente à linguagem, não exclusiva de textos literários, mas possível de manifestar-se em registros lingüísticos diferentes (p. 18).

O mesmo posicionamento se encontra no estudo do parágrafo: Mamizuka (1977) atribui a causa dos problemas encontrados nas redações analisadas ao fato de os parágrafos terem sido produzidos de acordo com a proposta da gramática tradicional. Propõe, então, uma nova conceituação, fundamentada em estudos lingüísticos.

Dada a inexistência de progressão lógica, externa e internamente ao parágrafo, em um número elevado de redações, a análise chega à conclusão de que os alunos não percebem o parágrafo como unidade funcional e como universo de co-referencialidade.

Essa percepção inadequada seria resultante da concepção paralisante de parágrafo que se encontra na Gramática Tradicional: seu modelo de parágrafo é “aquele que apresenta em seu interior um tópico frasal, um desenvolvimento e, às vezes, também uma conclusão” (idem, p. 38)

Além disso, segundo o artigo, os parágrafos se constituem em “mini-redações”, provavelmente em razão de, nos preparativos para o vestibular, o aluno realizar atividades de produção de parágrafos isolados.

Os artigos de Pécora (1977) e de Rodrigues & Freire (1977) apresentam organização textual-discursiva semelhante aos demais: Pécora (1977) revisa o conceito tradicional de *período* e procura construir uma nova conceituação, com base em estudos lingüísticos. Mostra, assim, que, nos textos analisados, são utilizados os “aspectos mínimos da noção, pré-discursivos e estruturais — justamente os aspectos previstos em sua estruturação tradicional” (idem, p. 36), estruturação a que o artigo atribui a causa dos problemas encontrados nas redações analisadas.

Rodrigues & Freire (1977) observam a ocorrência de *onde* nas redações de vestibular, e, com base na revisão da conceituação desse termo em gramáticas tradicionais, e na análise dos usos encontrados nas redações que compuseram o *corpus* da pesquisa, propõem uma nova conceituação do termo em questão.

No trabalho, confirmam a hipótese de que o emprego de *onde*, para o estabelecimento de relações, não corresponde ao que a tradição gramatical considera ser o correto, isto é, o emprego em que expressa a noção de lugar.

As autoras afirmam, por fim, que os usos que não se enquadrariam na conceituação da gramática tradicional, se explicariam, no tipo de texto estudado, pelo fato de a redação escolar se destinar a um receptor ideal, na figura do corretor, que avalia a qualidade do texto

e determina o sucesso ou não no vestibular. Como nas aulas de redação o texto considerado bom seria o texto construído com períodos longos e com maior número de orações subordinadas” (p. 48), a fim de obter a extensão desejada, o termo *onde* seria usado como elo entre as orações.

2.2.2. A contraposição à noção de incompetência lingüística

Os artigos observados se colocam no sentido de defender que o conhecimento lingüístico do vestibulando se encontra dentro da normalidade, que não apresenta falhas e que os problemas que surgem nas redações pertencem a outros níveis que não os relacionados à competência lingüística.

O artigo de Pécora (1977) afirma ser o estudo do período um tema especialmente motivador para sua pesquisa, uma vez que “coloca em jogo elementos lingüísticos mais amplos, capazes, por essa razão, de testar o esquematismo com o qual, usualmente, considera-se o desempenho dos vestibulandos nas redações”. Refere-se o autor à tendência em se afirmar, ou a incapacidade lingüística do vestibulando, ou, ainda que mais raramente, a não existência de tantos problemas em sua produção lingüística quanto se costuma julgar.

Em ambos os pólos, os julgamentos diluem diferenças marcadas entre elementos que se referem ao domínio de regras lingüísticas de base (e, portanto, referentes à capacidade lingüística do público), e, elementos que dizem respeito à sua ativação e aperfeiçoamento (referentes à constituição de sujeitos de discurso). (*ibidem*, p. 29)

Fundamentado em perspectivas teóricas dos estudos lingüísticos, o artigo reitera que os problemas encontrados nos textos são decorrentes não de falhas no conhecimento lingüístico do aluno, em sua competência, mas são ou acidentais ou decorrentes de desconhecimento das convenções da modalidade escrita ou, ainda, decorrentes de falta de preparo em relação à utilização da linguagem:

(...) Observando-se ainda a disposição gráfica da frase, onde o e aparece no princípio da linha, tem-se configurada novamente a hipótese de que o erro, nesse plano básico do domínio da língua, não chega a realizar-se enquanto sintoma de uma patologia, mas, muitas vezes, tem causas acidentais. (p. 32)

(...) O erro, portanto, não remete à incapacidade do falante do português, mas ao seu desconhecimento do papel dos sinais de pontuação. (p. 34)

(...) Tudo isso leva à conclusão da dissolução do público, dos produtores originais de textos, nas condições de produção. E este fato não corrobora opiniões que negam a esse público capacidade de utilização da linguagem, e sim demonstra a assistemática como essa capacidade foi exigida e trabalhada. A afirmação é particularmente grave quando se refere a pré-universitários, pessoas que tiveram um longo período de aprendizado escolar. (p. 36)

As passagens acima mostram mais claramente a existência de um outro com que se polemiza a partir das perspectivas da Linguística sobre conhecimento lingüístico. A polêmica se dirige a perspectivas que consideram a noção de erro associada a desconhecimento lingüístico, os problemas de uso de linguagem associados a incapacidade.

A esse outro também responde o texto de Osakabe (1977), ainda que a contraposição a perspectivas que consideram a questão do desconhecimento lingüístico não se faça de modo tão recorrente quanto no trabalho de Pécora (1977).

O artigo se propõe a analisar as redações dos vestibulandos segundo uma perspectiva argumentativa, pois considera se tratar de um dos domínios que, uma vez negligenciados, “passa a reter em si mesmo a chave para o desvendamento de problemas, que não se revelam diretamente na cadeia puramente sintática, nem na morfologia nem noutros níveis mais explícitos da formulação lingüística” (p. 51).

A hipótese com que trabalha é a de que, “embora o desempenho lingüístico do vestibulando seja até certo ponto aceitável”, a observação de problemas no plano geral da argumentação e no plano específico das provas pode revelar impasses no comportamento geral dos sujeitos em sua produção textual.

Em diversos momentos do texto, há a referência ao conhecimento lingüístico do vestibulando, seja em relação ao que se espera dele, seja em relação ao que de fato se apresenta nos textos produzidos, mas sempre de modo a afirmar que a explicação dos problemas não se faz satisfatoriamente, se relacionada a questões de ordem gramatical; a ocorrência de problemas lingüísticos nas redações, para ser compreendida, segundo o artigo, precisa ser relacionada a fatores de outra ordem que não os relativos ao conhecimento especificamente lingüístico que possui o vestibulando.

No texto de De Lemos (1977) a polêmica sobre a capacidade lingüística do vestibulando se apresenta mais explicitamente. O artigo faz referência ao trabalho de Carone (1976) e se contrapõe à atribuição que este faz do desempenho aquém do desejado, na produção de redações, ao desconhecimento de estruturas sintáticas pelos vestibulandos.

A contraposição de De Lemos (1977: 61) fundamenta-se em resultados apresentados pela literatura psicolingüística:

Contudo é difícil conciliar a defasagem sintática, que se pode inferir das observações de Carone, com a afirmação corrente na literatura psicolingüística de que o processo de aquisição de estruturas sintáticas básicas se dá, em grande parte, até os quatro anos (Cf. McNeill, 1966, e outros) e parece estar completo aos onze anos (c.f. Chomsky, 1969). (...)

Com base nessas considerações, propõe que as afirmações de Carone (1976) devem ser reformuladas de modo a considerar, não que o vestibulando não conheça os instrumentos gramaticais de coordenação e subordinação, mas que desconheça suas regras de uso no discurso reflexivo escrito, apresentando-se a necessidade de considerar as diferenças entre as modalidades oral e escrita.

Mais do que isso, uma vez que o vestibulando passou por experiências de escrita, afirma ser preciso perguntar o que ocasionou o surgimento das inadequações encontradas nas redações.

Contraposições em relação a afirmações sobre incapacidade lingüística por parte do aluno são também encontradas no texto de Mamizuka (1977), que, em sua hipótese de trabalho, afirma a importância de verificar “até que ponto a noção de parágrafo, reconhecidamente participante tão somente da linguagem escrita, não seria a responsável pelas deficiências apontadas em redações de vestibulandos” (idem, p. 38). Finaliza apontando o desempenho lingüístico satisfatório verificado na amostra analisada, encontrando-se problemas apenas na relação entre uma semi-totalidade discursiva e outra.

Os artigos analisados se contrapõem, portanto, a perspectivas que atribuem os problemas de redação a desconhecimento lingüístico, bem como a trabalhos que assumem perspectivas tradicionais de linguagem e, em função dessa fundamentação teórica, apresentam posições arbitrárias em relação aos usos lingüísticos.

2.2.3. As causas a que se atribuem os problemas encontrados na escrita escolar

Parece haver unanimidade, entre os artigos observados, quanto às causas dos problemas encontrados nas redações analisadas: a escola não leva o aluno a se colocar criticamente, mas lhe oferece modelos e estratégias de preenchimento a fim de cumprir a tarefa de produzir uma redação. Além disso, os problemas são atribuídos ao contexto do vestibular, em que se produz um texto para ser avaliado, e, principalmente, às concepções apresentadas pela gramática tradicional e seu uso em sala de aula.

As conclusões a que chega a pesquisa de Pécora (1977) fazem referência ao fato de as redações se caracterizarem pela falta de originalidade e pelo baixo grau de expressividade, devido a “reprodução continuada das fórmulas de encadeamento mais gastas, e, portanto, menos significativas” (p. 36).

De modo semelhante, o trabalho de Osakabe (1977) conclui, principalmente, que o ensino de produção textual na escola não levou os alunos a desenvolverem atitudes reflexivas, pois o exercício de redação se limitou a treinamento. Nesse sentido, o artigo chama a atenção para o fato de que “o exercício de redação é mais que um adestramento: é o favorecimento de uma atitude no sujeito, atitude essa que não se reduz à sintaxe gramaticalmente correta, mas que envolve necessariamente o debate, a crítica, a informação, a leitura” (p. 58). Ao contrário, o que se constata é que os sujeitos não apenas incorporam raciocínios já dados, como também adotam “uma atitude que bloqueia a possibilidade do raciocínio” (p. 59).

Mesmo o artigo de Baccega (1977) — que, fundamentado em perspectiva sociolingüística, verificou a relação do meio sócio-econômico com o desempenho do candidato nas provas de redação —, chegou à conclusão de que as redações se limitam a reproduzir modelos que oferecem estratégias de preenchimento adaptáveis aos mais diversos temas:

O fato de o vestibulando seguir rigorosamente um modelo de redação imposto permite avançar a conclusão e afirmar que o ensino de Língua Portuguesa, especificamente no que se refere à redação, não vem oferecendo oportunidades suficientes para que o aluno acione sua competência lingüística. E a que ele traz consigo, através de um processo natural de aquisição,

parece bloqueada no decorrer de sua vida escolar. A adoção de modelos para redação viria como um recurso para socorrê-lo numa situação de emergência. (*idem*, p. 82)

As considerações finais de Baccega (1977) se aproximam das considerações de De Lemos (1977) que, após analisar as ocorrências com nexos explicitados por conectivos coordenativos e subordinativos, chegou à conclusão de que a instrução ou treinamento que o vestibulando recebeu “atuam no sentido de impedir ou bloquear a adaptação “natural” de que ele dispõe, e que utiliza na modalidade oral, ao discurso reflexivo escrito” (p. 62).

Os fenômenos descritos levaram a favorecer a hipótese segundo a qual “o principal fator de inadequação é a utilização, pelo vestibulando, de estratégias de preenchimento de um arcabouço ou esquema formal previamente dado ou inferido” (*idem*, p. 71).

3. O PERÍODO DE EMERGÊNCIA: A POLÊMICA CONSTITUTIVA

Uma das características do período de emergência é a insuficiência de bases teóricas para fundamentar a análise dos dados relativos à escrita escolar, seja em relação à perspectiva tradicional, seja em relação à perspectiva moderna, fundamentada na Linguística.

Em relação à perspectiva tradicional, a insuficiência foi atribuída, com base na perspectiva dos estudos linguísticos, a falhas e incoerências nos conceitos com que aquela trabalhava.

Em relação aos estudos linguísticos, a insuficiência apontada se referiu à falta, na época, de recursos teóricos adequados ao tratamento da produção escrita (escolar), material que, a princípio, não constituiu objeto de análise para os estudos linguísticos modernos.

A hipótese que se sugere é a de que essa insuficiência teórica, em lugar de impedir a constituição da escrita escolar em objeto de estudo, possibilitou-a, uma vez que fomentou o estabelecimento de relações polêmicas com a perspectiva tradicional.

A polêmica, nesse período, se constituiu em função dos aspectos contraditórios que se produziram pela incompatibilidade entre a natureza dos dados e a fundamentação teórica utilizada em sua abordagem. Quando a escrita escolar começou a ser tomada como objeto de análise, os recursos teóricos disponíveis na Linguística possuíam, como objeto, a *língua*, e os dados coletados eram os produzidos pela *fala*. A escrita, nessa perspectiva, era considerada objeto de análise dos estudos tradicionais, que se constituíam em adversário dos estudos linguísticos modernos, conforme descreve Altman (1998).⁵

⁵ Os artigos analisados por Altman (1998) foram publicados em Estudos Linguísticos. *Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada*, publicação do Centro de Linguística Aplicada do Instituto de Idiomas Yáziği (1966-1968). Segundo a autora, a análise de artigos publicados no país, no período entre 1964 e 1968, mostra que a ênfase, nas pesquisas linguísticas, era colocada no estudo da modalidade oral da língua, e havia a preocupação em contrapor-se a linguística à tradição filológico-gramatical. Num outro sentido, no período compreendido entre 1974 e 1984, a análise, realizada pela autora, da Revista Brasileira de Linguística, mostrou a multiplicidade de orientações que caracterizou a produção dos linguistas brasileiros que nela publicaram, com a tentativa de explorar cientificamente materiais até então originais.

A incompatibilidade entre fundamentos teóricos e dados de pesquisa pode explicar a organização discursiva subjacente aos artigos observados. Num primeiro momento, a falta de fundamentação teórica adequada leva os pesquisadores a retomarem conceitos dos estudos tradicionais e ou aplicá-los na análise dos dados ou tomá-los como ponto de partida para realizar um trabalho de reconceitualização.

Ao lado desse retorno ao tradicional, ou mesmo simultaneamente a ele, encontra-se a crítica aos resultados advindos do uso dessa fundamentação teórica, seja para as atividades de pesquisa, seja para as atividades de ensino.

A perspectiva tradicional é, nesse caso, o contraponto, o discurso adversário, em relação ao qual se estabelecem as relações polêmicas que possibilitam a constituição de um novo objeto por parte dos estudos lingüísticos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação dos artigos sobre escrita escolar possibilitou compreender como se realizou a constituição desse objeto para os estudos lingüísticos: sua constituição se realizou em função de uma relação polêmica construída com base na contraposição entre perspectivas fundamentadas nos conhecimentos da Lingüística e perspectivas fundamentadas nos estudos tradicionais de linguagem.

No *período de emergência*, o texto escrito escolar foi analisado a partir do princípio da competência lingüística, construído em relação à modalidade oral: os artigos observados consideram que a competência lingüística que o aluno possui naturalmente na modalidade oral foi impedida de atuar no discurso reflexivo escrito.

O princípio da competência lingüística do aluno, associado à insuficiência teórica dos estudos lingüísticos, nesse período, para o tratamento da escrita escolar, pode explicar a recorrência com que foram atribuídos os problemas encontrados nas redações analisadas a fatores extra-lingüísticos, como falta de informação, de criticidade, de posição ativa do sujeito, além da caracterização das redações pela reprodução, pelo lugar comum, pela falta do que dizer, pelas estratégias de preenchimento.

Desse modo, tornou-se possível ampliar o conjunto de materiais a serem explorados cientificamente pela Lingüística. A ampliação, nesse caso, não se fez apenas em relação ao interesse por outros tipos de estruturas semióticas, interesse existente nos estudos lingüísticos daquele período, como apontado por Altman (1998). Ao constituir a escrita escolar em material de análise, os estudos lingüísticos redimensionaram seu campo de pesquisa ao considerar a modalidade escrita um objeto válido.

Operou-se, desse modo, uma reorganização das condições de produção discursiva dos estudos lingüísticos ao ser tomado como objeto de análise um tipo de material, o escrito, que, no momento de constituição da disciplina, para que se produzisse a própria delimitação do campo da Lingüística, foi excluído, associado a estudos de caráter tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, C. (1998). *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- BACCEGA, M. A. (1977). Redações no vestibular: uma abordagem sociolingüística. *Cadernos de Pesquisa*, n. 23, p.73-82.
- BARROS, K. S. M. (1999). Redação escolar: produção textual de um gênero comunicativo? In: *Leitura: teoria e prática*, nº 34, p. 13-22.
- CARONE, F. de B. (1976). O desempenho lingüístico dos candidatos ao vestibular: concordância verbal. *Cadernos de Pesquisa*, n. 19, p.39-52. DE
- DE LEMOS, C. T. G. (1977). Redações no vestibular: algumas estratégias. *Cadernos de Pesquisa*, n. 23, p.61-71.
- FERNANDES, M. do S. N. (1976). O desempenho lingüístico dos candidatos ao vestibular: distribuição dos demonstrativos. Estudo das formas *este / esse*. *Cadernos de Pesquisa*, n. 19, p.11-37.
- FOUCAULT, M. (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2000). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- LIMA, H. R. V. (1977). Redações no vestibular: figuras de retórica. Desvios da língua comum? *Cadernos de Pesquisa*, n. 23, p.17-28.
- MAINGUENEAU, D. (1997). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP.
- _____. (2005). *Gênese dos discursos*. (trad. Sírio Possenti) Curitiba, PR: Criar Edições.
- MAMIZUKA, R. B. (1977). Redações no vestibular: estudo do parágrafo, problemas de organização. *Cadernos de Pesquisa*, n. 23, p.37-42.
- NEGRÃO, E. V. (1977). Redações no vestibular: utilização do léxico: estudo dos adjetivos. *Cadernos de Pesquisa*, n. 23, p.9-15.
- OSAKABE, H. (1977). Redações no vestibular: provas de argumentação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 23, p.51-59.
- PÉCORA, A. A. B. (1977). Redações no vestibular: estudo do período: uma proposta pragmática. *Cadernos de Pesquisa*, n. 23, p.29-36.
- _____. (1989). *Problemas de Redação*. São Paulo: Martins Fontes.
- RODRIGUES, A. N. (1976). O desempenho lingüístico dos candidatos ao vestibular: sistema de preposições. *Cadernos de Pesquisa*, n. 19, p.53-74.
- RODRIGUES, A. N.; FREIRE, B. de M. (1977). Redações no vestibular: emprego e distribuição de “onde”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 23, p.43-49.
- SAUTCHUK, I. (2003). *A produção dialógica do texto escrito: um diálogo entre escritor e leitor interno*. São Paulo: Martins Fontes.
- SOARES, M. (2002). Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (org.) *Lingüística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola.

VAL, M. da G. C. (1991). *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes.

VIANNA, H. M. (1976). Redação e medida da expressão escrita: algumas contribuições da pesquisa educacional. *Cadernos de Pesquisa*, n. 16, p.41-47.

_____. (1977). Flutuações de julgamentos em provas de redação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 19, p.5-9.

Recebido: 17/03/2006

Aceito: 27/04/2006